

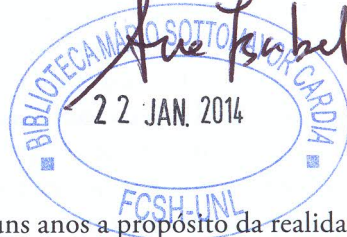
Ofeta da  
Anbre

Lx, 20/1/2014

## A MORTE DO REI. TUMULIZAÇÃO E CERIMÓNIAS DE TRASLADAÇÃO DOS REAIS CORPOS (1499-1582)

Ana Isabel Buescu

| FCSH – Universidade Nova de Lisboa



9

Como escreveu David Howarth há alguns anos a propósito da realidade inglesa, torna-se hoje difícil entender o que significava um túmulo no século XVI, hoje que poucos entram numa igreja, e nela ninguém recebe sepultura. A Igreja, acrescenta, pouco lugar tem nas nossas vidas, e é essa uma das grandes e decisivas diferenças entre a cultura do Renascimento e a cultura de finais do século XX<sup>1</sup>. Esta asserção, na sua aparente simplicidade, traz para primeiro plano a necessidade, por parte do historiador, quando se ocupa de tais matérias, de um esforço consciente para procurar compreender a relação com a morte, e o complexo conjunto de práticas, crenças e símbolos com ela associado, num outro tempo – neste aspecto radicalmente *outro* – como era o da sociedade europeia medieval e moderna, indelevelmente marcado pela visão cristã do homem, do mundo, do além e da morte<sup>2</sup>.

O texto que se segue diz respeito a um aspecto particular dessa relação complexa. Através da análise de momentos e narrativas relativos à morte e tumulização dos reis portugueses ao longo do século XVI, com incursões pontuais noutros períodos cronológicos, procura-se reflectir de que formas, e através de que mecanismos, materiais, rituais e simbólicos, se estabelece uma relação entre a morte do rei e o poder da realeza na Época Moderna.

### 1. Numa escura câmara de terra

Nos primeiros dias de Dezembro, numa Lisboa em que os ares andavam carregados de pestilência, o rei D. Manuel, estando com a sua corte no paço da Ribeira, adoeceu gravemente, «de uma febre espécie de modorra, doença de que naquele tempo em Lisboa morria muita gente»<sup>3</sup>. Sempre tão cauteloso a fugir das epidemias, desta vez o rei deixava-se ficar em Lisboa. Ser-lhe-ia fatal. Adoecendo no dia 4, no dia 7 já não podia pôr a sua assi-

1 David Howarth, *Images of Rule. Art and Politics in the English Renaissance, 1485-1649*, Houndmills, London, Macmillan Press, 1997, p. 153.

2 «The facts of medieval death were largely, if not entirely, Christian facts». Paul Binski, *Medieval Death. Ritual and Representation*, London, British Museum Press, 1996, p. 9.

3 Damião de Góis, 1949-55, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, nova edição conforme a primeira de 1566, vol. IV, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1955, cap. 83.

8588

natura num alvará, e a 11, sentindo o fim próximo, ordenou o codicilo ao seu testamento.

No dia 13 o rei recebeu a extrema-unção; à tarde, visitaram-no ainda, a seu pedido, D. Jaime, duque de Bragança, e D. Afonso, bispo de Évora, que D. Manuel conheceu e com quem ainda trocou breves palavras. À medida que a noite se aproximava, o rei entrou em delírio e morreu, diz Damião de Góis que recitando «em alta, e clara voz [...] os versos dos Salmos, de que sabia muitos de cor», estando presentes o bispo de Évora e o bispo de Lamego, seu capelão-mor, o dominicano frei Jorge Vogado, seu confessor e provincial da ordem, e outros religiosos. Entre os seculares, a mais alta nobreza do reino acompanhou o rei no seu passamento – tal como o nascimento dos príncipes, também a morte dos reis era então um acto público e de natureza política<sup>4</sup>.

Morto D. Manuel, o seu corpo foi arranjado «como a rei convinha», colocado num ataúde de madeira e levado aos ombros por D. Jaime, duque de Bragança, D. Jorge, mestre de Santiago e de Avis, D. Fernando de Meneses, marquês de Vila Real e por D. Pedro de Meneses, conde de Alcoutim, para a sala grande do paço, situada no piso inferior. Ao sair da guarda-roupa foi recebido com grandes lamentações e mostras de dor; na sala o ataúde foi descoberto, e todos os presentes puderam ver o corpo do rei, cuja mão beijaram com muitas lágrimas. Depois, o duque e o mestre pregaram a tábua em cima do caixão. Seguiu-se um momento impressionante, que dá bem conta como, na sociedade de então, tal como muitas outras situações da vida, também a dor e o luto dos grandes, longe de constituírem um acto remetido para a esfera íntima e privada, tinham uma inequívoca – e até obrigatória – dimensão pública. Essa dimensão mostrava-se no pranto régio, nas mostras de desespero dos familiares mais próximos, mas revestia também outros aspectos, que chegavam à própria automutilação física. D. Jaime e D. Jorge pregaram a tábua em cima do caixão, mas, diz o cronista, «os quais pregos não foram tão pregados com martelos como com as cabeças dos que eram presentes que com elas davam muitas pancadas no ataúde e no chão que era uma mui grave cousa de ver»<sup>5</sup>.

Entre as duas e as três horas da manhã o corpo do rei foi levado para Belém. O ataúde foi colocado sobre uma azémola, coberta por um pano de veludo preto com uma cruz de damasco branco. Junto às portas do paço, toda a clerezia e ordens religiosas da cidade, com as suas cruzes e muitas

tochas acesas, grandes e fidalgos do reino e seus criados, moços de câmara e pajens, gente do governo da cidade, aguardavam; ao todo cerca de dois mil de cavalo, como se diz, e mais de seiscentas tochas que alumiam a noite. O caminho até Belém foi acompanhado por muitos populares que, na cidade, faziam ouvir altos brados e lamentações, e já fora dela, pelos caminhos, se juntavam em pontos altos, aos magotes, associando-se à dor colectiva «com mui gritados prantos e dolorosas lamentações». Era, em pleno século XVI, a sobrevivência de uma prática relativa à morte régia, o «pranto» do rei – o antigo *planctus* – que, articulando-se com a concepção da morte do soberano como acontecimento violento e perturbador da ordem natural, tinha na época medieval lugar de relevo nos costumes funerários peninsulares.

A procissão fúnebre chegava a Belém. O destino era a *igreja velha* do Restelo, mandada edificar pelo infante D. Henrique (†1469), e onde D. Manuel havia de ser provisoriamente sepultado, em campa rasa, como estatuíra em testamento<sup>6</sup>, uma vez que o corpo do Mosteiro dos Jerónimos, cuja construção o monarca ordenara no início do século e onde deixara expresso querer ser sepultado, não estava ainda concluído. A edificação do novo mosteiro em Belém não inaugurava, pois, um novo lugar, antes se inseria num espaço previamente ocupado. Num sítio de intensa ligação ao mar, a igreja de construção henriquina, da invocação de Santa Maria de Belém, traduzia a existência de uma antiga tradição cultural e devocional, agora continuada pelo Mosteiro dos Jerónimos<sup>7</sup>. Foi do Restelo, lugar de *ancoragem antiga* que em 1497 partiu a primeira armada de Vasco da Gama com destino à Índia; foi na igreja onde os freires de Cristo administravam «os sacramentos aos mareantes»<sup>8</sup> que se fez a vigília que precedeu a partida. A implantação do novo mosteiro no sítio do Restelo correspondia, pois, a uma opção de carácter ideológico e simbólico indiscutível<sup>9</sup>.

<sup>6</sup> *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. VI, gav. XVI, 2-2, Lisboa, CEHU, 1967, p. 111.

<sup>7</sup> José da Felicidade Alves, *O Mosteiro dos Jerónimos, II – Das Origens à actualidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991, pp. 10-18.

<sup>8</sup> João de Barros, *Ásia de Joam de Barros. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Primeira Decada*, 4.ª ed. revista e pref. por António Baião, conforme a edição *princeps*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, liv. 4, cap. 2.

<sup>9</sup> João de Barros, *Ásia de Joam de Barros...*; Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, I, 1949, cap. 53; IV, 1955, 75; António Pinheiro, *Summario da Pregaçam Funebre e Trasladaçam dos Ossos d'El Rey Dom Manuel*, edição fac-similada da ed. de 1551, introdução de Fernando Portugal, Lisboa, BN, 1985, fols. 17-17v; Luiz Filipe Thomaz, «L'idée impériale manuéline», in *La Découverte, le Portugal et l'Europe. Actes du Colloque (Paris, 26-28 mai 1988)*, Paris, FCG-CCP, 1990; Paulo Pereira, «A simbólica manuelina. Razão, celebração, segredo», in *História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo Pereira, II – *Do 'Modo' Gótico ao Maneirismo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp. 115-155; Paulo Pereira, *De Aurea Aetate. O Coro do Convento de Cristo em Tomar e a Simbólica Manuelina*, Lisboa, IPPAR, 2003.

Sobre D. Manuel, ver a recente biografia de João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I (1469-1521). Um príncipe do Renascimento*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.  
Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, leitura, introdução, notas e índice por José Pereira da Costa, Lisboa, Academia das Ciências, 1992, p. 169.

Chegado o féretro a Belém, os maiores titulares do reino, os duques de Bragança e de Coimbra e os marqueses de Vila Real e de Torres Novas desceram dos seus cavalos e conduziram, a pé, a azémola pelo cabresto; depois, o ataúde foi tomado aos ombros por condes e fidalgos que o levaram até à porta da igreja<sup>10</sup>. Os frades aguardavam, com grandes círios acesos nas mãos, os capelos sobre os olhos, no dizer do cronista com mais prantos do que orações, sendo o caixão conduzido até à cova onde o duque de Bragança, o duque de Coimbra, o marquês de Vila Real e o seu filho, conde de Alcoutim, pegando nas enxadas, o enterraram em campa rasa, sem qualquer cerimónia ou pompa. Ouçamos o cronista: «os sobreditos Duque e Mestre e Marquês e seu filho o meteram na escura câmara de terra que o aguardava e o cobriram dela sobre o qual não foi posta tumba rica nem ornamentos mais que uma campa rasa com o chão, e em cima um pano de veludo cercado de uma grade de altura de um côvado toda coberta de veludo preto com uma franja preta por cima que ele assim o mandara por confirmar a humanidade com que obedeceu à morte»<sup>11</sup>.

## 2. A morte do rei. Ruptura e continuidade da monarquia

Ao deixar expresso o desejo de ser sepultado em «campa chá de maneira que se possa andar por cima dela», D. Manuel tornava explícita a humildade cristã de um rei virtuoso. O aparecimento e a difusão do túmulo raso na época medieval constituíram um marco de importante significado no âmbito das representações e da relação com a morte, e ligou-se de forma privilegiada com a evidência e a necessidade da humildade cristã na morte<sup>12</sup>. Por outro lado, toda uma literatura de carácter moralizante enfatizava a condição humana de reis e senhores e a sua igualdade com todos os outros homens na morte. Nesta linha, acentuando a sua ligação à espiritualidade franciscana, a que durante a vida se manteve tão profundamente ligado, tem sido interpretada esta disposição de D. Manuel, como aliás o foi logo na altura do seu enterramento<sup>13</sup>.

Leitura oposta sublinha a audácia do desejo de D. Manuel em ser sepultado na capela-mor, diante do altar-mor, lugar ritual destinado apenas às cerimónias litúrgicas e às relíquias dos santos, que não comportava, por-

<sup>10</sup> *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro, Conde da Idanha, do tempo que ele e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários (1515 a 1568)*, publicação, revisão e notas por Ernesto de Campos de Andrada, Lisboa, Imprensa Nacional, 1937, p. 206.

<sup>11</sup> Gaspar Correia, *Crônicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, p. 170.

<sup>12</sup> Philippe Ariès, *L'Homme devant la mort*, Paris, Seuil, 1977, pp. 234-236.

<sup>13</sup> Que lhe terá sido transmitida por D. Diogo da Silva, futuro 1.º Conde de Portalegre e seu aio, a quem D. Manuel tinha profundo afecto e afeição. Ver Luiz Filipe Thomaz, «L'idée impériale manuéline», espec. pp. 83-86.

tanto, a possibilidade de um jazigo em relevo. A campa rasa situada «dentro da capela mor diante do altar mor abaixo dos degraus não seria, pois, sinal da humildade régia mas consequência do lugar sagrado que o monarca pretendia ocupar»<sup>14</sup>. E se recordarmos que apenas no século XIV os corpos dos reis portugueses passaram a ser depositados no interior das igrejas, num processo de aproximação ao sagrado – da galilé à capela-mor<sup>15</sup> – podemos entender a pertinência, pelo menos teórica, de uma tal interpretação. Seja como for, a simplicidade da cerimónia do enterramento de D. Manuel não dispensou o antigo ritual do pranto junto do túmulo: «E ao despedir da sepultura então foram os prantos finais lamentados e gritados com brados e altas vozes que pareciam mais de gentes sem siso que de homens receosos da mesma morte segundo suas cabeças quebravam nas paredes e poiares e seus cabelos e barbas arrancavam e suas faces como doridas mulheres rasgavam e abofeteavam»<sup>16</sup>.

Terça-feira seguinte tinham lugar, na Sé de Lisboa, as exéquias em memória do monarca defunto, que juntaram prelados, bispos e arcebispos, todas as ordens religiosas e clerezia da cidade de Lisboa. As cerimónias só terminaram cerca de uma hora da tarde do dia seguinte<sup>17</sup>. Entretanto, a cidade de Lisboa tinha já tudo pronto para «a solenidade do pranto, que é costume antigo fazer-se nas mortes dos Reis»<sup>18</sup>, cerimónia que se enquadrava no cortejo de luto promovido pelas câmaras municipais no momento do falecimento dos monarcas. Saindo da casa da Câmara, juntavam-se à porta da Sé os vereadores, juizes, corregedores e outros oficiais de justiça, cobertos de grandes lobs de dó e com varas negras na mão, para dar início àquela que era um dos mais importantes rituais da realeza em Portugal: a cerimónia da quebra dos escudos, «último ofício com que a república secular serve e honra neste reino a memória dos reis defuntos»<sup>19</sup>.

Uma multidão aglomerava-se para assistir à cerimónia. Três homens vestidos de negro traziam sobre as suas cabeças três grandes escudos negros;

<sup>14</sup> É a tese de Manuel C. Mendes Atanásio, *A Arte do Manuelino. Mecenas. Influências. Espaço*, Lisboa, Presença, 1984, 33-34; José da Felicidade Alves, *O Mosteiro dos Jerónimos...*, II, pp. 133-134.

<sup>15</sup> José Custódio Vieira da Silva, «Da galilé à capela-mor: o percurso do espaço funerário na arquitectura gótica portuguesa», in *O fascínio do fim. Viagens pelo final da Idade Média*, Lisboa, Livros Horizonte, 1996, pp. 45-59.

<sup>16</sup> Gaspar Correia, *Crônicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, p. 170.

<sup>17</sup> É interessante confrontar esta descrição de Gaspar Correia com a ilustração do *Livro de Horas de D. Manuel*, Estudo Introdutório de Dagoberto Markl, Lisboa, IN-CM, 1983, fol. 129v.

<sup>18</sup> Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III*, Introdução e Revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1976, P. I, cap. 7.

<sup>19</sup> Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, I, Pref. e notas de M. Rodrigues Lapa, Lisboa, Sá da Costa, 1938, liv. 1, cap. V; Diogo Ramada Curto, «Ritos e cerimónias da monarquia em Portugal (séculos XVI a XVIII)», in *A Memória da Nação*, org. Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, Lisboa, Sá da Costa, 1991, pp. 201-265; António de Oliveira, «Morte e nascimento do rei», in *Memória de Portugal. O Milénio Português*, dir. de Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 300-301.

eram eles três juízes da cidade, dois do crime e um do cível. Diante deles, num cavalo preto coberto de longos paramentos de linho da mesma cor, avançando de forma lenta, vinha um alferes, vestido com uma grande loba de pano negro, com uma peça do pano em volta do pescoço, mal se lhe vendo os olhos; levava sobre o ombro direito, meia tombada, uma bandeira preta de linho de grandes dimensões, com as armas reais, numa haste preta, tão longa que à medida que o cortejo avançava a bandeira ia rojando pelo chão, encenação que simbolizava a morte física do rei e do seu poder: a bandeira com as armas reais, outrora orgulhosamente levantada mostrando o seu poder, arrastava agora pelo chão da cidade. Com ele seguiam muitos senhores e fidalgos a pé.

Junto à Sé, o bacharel Diogo Vaz, da Casa do Cível, subiu a um banco onde fez uma arenga em memória do monarca falecido. Depois, com uma pancada forte, foi quebrado o primeiro dos três escudos, que se desfez no chão, levantando-se então entre o povo grande pranto e muitos gritos de lamentação. Com o escudo quebrava-se simbolicamente o elo do povo para com o soberano morto. A multidão seguiu depois até meio da Rua Nova dos Mercadores, onde se fez nova arenga e se quebrou o segundo escudo, soando de novo o pranto colectivo. No Rossio, depois da terceira fala, foi quebrado o último escudo negro. Por volta das três horas e meia da tarde a cerimónia terminava; a bandeira recolheu à Câmara da cidade, continuando a repicar os sinos que nesse dia assinalaram em Lisboa e na intenção de todo o reino, a memória do grande rei que se finara<sup>20</sup>. Terminado o pranto pelo rei morto, o reino preparava-se para um outro momento colectivo, que dava continuidade à monarquia: em breve seria levantado o novo rei de Portugal.

### 3. O santo corpo do rei

Ao descrever a morte de D. Manuel e as cerimónias fúnebres que se lhe seguiram, pudemos constatar como a morte do rei era um momento de relevo, constituindo um elemento fundamental no âmbito das práticas rituais e comemorativas<sup>21</sup>, na encenação dos poderes e nos próprios mecanismos de comunicação política da realeza. Por isso concitou o interesse de historiadores e antropólogos – em que destacaremos os estudos fundadores de Marc Bloch<sup>22</sup>, Ernst Kantorowicz<sup>23</sup> ou de Ralph

<sup>20</sup> Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, p. 171-173; Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III*, P. I, cap. 7.

<sup>21</sup> Paul Connerton, *Como as sociedades recordam*, Oeiras, Celta Editora, 1993.

<sup>22</sup> Marc Bloch, *Les rois thaumaturges*, Paris, Gallimard, 1983 (1.ª ed. 1924).

<sup>23</sup> Ernst Kantorowicz, *Los dos cuerpos del rey. Un estudio de teología política medieval*, Madrid, Alianza Editorial, 1985 (1.ª ed. 1957).

Giesey<sup>24</sup> – empenhados em compreender os mecanismos de afirmação dos poderes da realeza.

Se até sensivelmente ao século XIII, a morte do rei era ainda com frequência representada como sinal de perturbação e de violação de uma ordem natural<sup>25</sup>, a complexidade dos mecanismos de construção e de legitimação do poder conferiu-lhe um lugar central no conjunto das cerimónias da monarquia. O enterro do soberano era na sociedade de então um acto público sujeito a uma ritualização minuciosa, constituindo para a realeza uma das formas de assegurar e representar, através de um conjunto de dispositivos simbólicos e rituais, a evidência e a continuidade do poder. Ralph Giesey demonstrou, de forma notável, este sentido nuclear do conjunto das cerimónias fúnebres da monarquia francesa. David Howarth, por seu turno, observa como apenas o ritual da coroação superava, em ostentação e espectáculo público, o das exéquias régias na Inglaterra do Renascimento, constituindo o ritual funerário dos monarcas *one of the most complex anthropological expressions of the age*<sup>26</sup>.

Para além do funeral e das exéquias no momento da morte do soberano, outro momento e outra cerimónia fúnebre merece a nossa atenção. Na verdade, a trasladação dos restos mortais do monarca falecido para novo túmulo, quando ocorria, era também um momento de singular relevo político, já que permitia reatualizar a dimensão ritual dos funerais, traduzindo ainda a importância de que se revestia a opção definitiva pelo lugar do enterramento régio<sup>27</sup>. Isso mesmo sucedera em 1499, quando D. Manuel ordenou a trasladação do corpo de D. João II para o mosteiro da Batalha<sup>28</sup>. Tendo morrido no Alvor, em 1495, o monarca deixara expressa a vontade de ser enterrado na Sé de Silves, e de mais tarde ser levado para a Batalha<sup>29</sup>. A trasladação em 1499 representava o cumprir da vontade do seu antecessor, mas era também a celebração de um poder agora protagonizado pelo *Venturoso*.

O relato do itinerário que levou o corpo do rei de Silves à Batalha<sup>30</sup> deixa transparecer uma encenação meticulosa que articula aqueles dois

<sup>24</sup> Ralph Giesey, *Le roi ne meurt jamais. Les obsèques royales dans la France de la Renaissance*, Paris, Flammarion, 1987 (1.ª ed. 1960).

<sup>25</sup> José Mattoso, «A morte dos reis na cronística pré-afonsina», in *Obras Completas, 4 – Poderes Invisíveis. O Imaginário Medieval*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 109-121.

<sup>26</sup> Howarth, *Images of Rule...*, p. 155.

<sup>27</sup> Javier Varela, *La muerte de rey. El ceremonial funerario de la Monarquía Española 1500-1885*, Madrid, Turner, 1990, pp. 20-25; Binski, *Medieval Death...*, pp. 74-77; José Mattoso, «A morte dos reis...».

<sup>28</sup> Sobre D. João II, v. a recente biografia deste monarca, por Luís Adão da Fonseca, *D. João II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

<sup>29</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II...*, cap. 212.

<sup>30</sup> Garcia de Resende, «Trasladação do corpo do muy catholico, e magnânimo, e esforçado rey Dom Ioam o Segundo deste nome, da Sé da Cidade de Silves pera o Mosteiro da Batalha...», in *Crónica de D. João II...*, pp. 291-296.

planos. O corpo do rei morto, metido num caixão e precedido por uma *Cruz da capella*, foi acompanhado a cavalo no seu percurso até à Batalha pelos grandes dignitários eclesiásticos e seculares e pela *gente honrada*, num cerimonial que comprometia simbolicamente todo o reino. As tochas e os cantores, as *trombetas*, *charamellas*, *sacabuxas*, e *atambores* anunciavam a passagem do cortejo. Não o acompanhava, contudo, o monarca reinante, que *vinha sempre hua jornada atrás*. O itinerário até à Batalha foi como que o cumprir de uma liturgia: os lugares recebiam o *santo corpo* com procissões, e a noite era passada na igreja principal, reiniciando-se a jornada ao outro dia, depois da missa celebrada pelo bispo de Tânger. O encontro entre o cortejo fúnebre e D. Manuel e os grandes senhores que o acompanhavam deu-se na Igreja de S. Jorge da Vitória, de onde seguiram para o mosteiro da Batalha.

O corpo do rei defunto – nunca nomeado por Resende, que se lhe refere, sempre, como *santo corpo*<sup>31</sup> – tomou um lugar central na igreja, e as cerimónias de domingo seguinte sublinharam a solenidade da trasladação. A evocação das virtudes do monarca foi o objecto hiperbólico da pregação fúnebre, a cargo do bispo de Tânger, também ele invocando o corpo do rei, inteiro e *com cabellos na cabeça e barba, e peitos*, indício explícito de santidade. Na verdade, procedimento retórico mais relevante de toda a cerimónia residiu na evocação do corpo, e na sacralidade que se lhe pretendeu associar.

Estavam terminadas as cerimónias, mas não a densidade simbólica de um momento de que agora D. Manuel quis ser o único protagonista perante o corpo de D. João II: «[depois das cerimónias] se sahyo el Rey com todos os senhores, e prelados, e se recolheo, e tanto que foy noyte já depois da cea deu el Rey boas noites, e foyse com alguns ao mosteiro, e meteosse dentro na capella onde o santo Rey jazia, e com o Provincial, e outros frades mandou abrir o ataude». O corpo do rei surgiu coberto de pó de cal, pelo que D. Manuel «mandou aos Frades que com canudos de cana lha assoprassem, e elle mesmo lha alimpava». A ligação entre o poder e o sagrado mostrava-se no «santo corpo inteiro com cabellos, e barba, e cabellos nos peytos, e nas pernas, aluo que parecia viuuo», que D. Manuel beijou nas mãos e nos pés, com muitas lágrimas, de barrete na mão, e que todos os presentes tocaram então «com muytas cousas para reliquias». Poder simbólico tinham também os objectos do rei, expostos no altar-mor durante as cerimónias: a cota de armas, a lança e a espada «com que pelejou na batalha de Touro sendo Principe», a bandeira das armas reais, o escudo e o

elmo «com que o santo Rey justou em Evora nas festas que fez ao casamento do Principe seu filho».

Relatos vários acerca deste culto do corpo físico do rei confirmam a persistência em Portugal na época moderna da crença ancestral nos poderes dos despojos régios, ou pelo menos da sua eficácia simbólica do seu próprio corpo ou dos objectos que o acompanhavam na sepultura. Ainda a propósito de D. João II, rematava Garcia de Resende que, depois de sepultado na Batalha, corria a fama dos muitos milagres que fazia, «e em seu corpo por hua buraca que tem na sepultura se tocão muytas cousas, e se levão por reliquias de santo»<sup>32</sup>. A «solenização do túmulo» e a veneração das sepulturas régias desde a época medieval prendiam-se também com esta noção central<sup>33</sup>.

Prática repetida era a da abertura dos túmulos dos reis falecidos pelo monarca reinante, acção ritual que revestia particular significado nos casos em que o corpo se mantinha incorrupto. A trasladação de D. Afonso Henriques para novo túmulo em 1520, como veremos, deu também ao corpo do rei o protagonismo principal. Diz a tradição, tardia, já devedora do processo de mitificação do Fundador, cuja primeira tentativa de canonização data do século XVI, que o seu corpo, incorrupto e exalando o odor da santidade, foi objecto de grandes manifestações de devoção que se traduziram na busca de relíquias do seu corpo e vestuário. Refere-se ainda o uso de *reliquarios* com cabelos e pedaços de tecido da sua roupa, e as virtudes de *hua vestidura* que o rei trazia sobre as armas nas batalhas, utilizada para alívio das mulheres «que estauão mal de parto, & logo erão alumdiadas, & parião sem difficultade»<sup>34</sup>. Também D. Sebastião quis ver o corpo do Fundador, durante a visita que fez à cidade de Coimbra em 1570, e claro significado simbólico teve o seu pedido ao Padre Geral do Convento de Santa Cruz, em 1578, solicitando que lhe fossem emprestados a espada e o escudo de Afonso Henriques para levar na expedição de Alcácer-Quibir<sup>35</sup>. Em 1565, o cardeal D. Henrique mandou proceder à abertura do túmulo de D. João II, em cuja descrição se destacava o estado do corpo, «como se fosse vivo»<sup>36</sup>, mas D. Sebastião foi mais longe quando visitou o Mosteiro da Batalha, no périplo de 1570. Quis o rei ver o corpo incorrupto de

<sup>32</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II...*, cap. 214.

<sup>33</sup> José Mattoso, «A morte dos reis...».

<sup>34</sup> D. Nicolau de Santa Maria, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*, Parte II, Lisboa, 1668, p. 512.

<sup>35</sup> BNP, Mss. caixa 235, n.º 39. Ver também Augusto Mendes Simões de Castro, *El Rei D. Sebastião e a espada de D. Afonso Henriques*, Coimbra, 1924, e José Mattoso, «A realeza de Afonso Henriques», in *Fragmentos de uma composição medieval*, Lisboa, Estampa, 1987, pp. 224-229.

<sup>36</sup> Cit. por Diogo Ramada Curto, «Ritos e cerimónias da monarquia em Portugal...», p. 244.

<sup>1</sup> Na sua minuciosa e visual descrição das cerimónias, Garcia de Resende invoca por vinte vezes o «*santo corpo*», sete vezes o «*santo Rey*», uma o «*glorioso Rey*», uma o «*Catholico Rey*».

D. João II, venerando-o como santo. Depois, mandou que o pusessem em pé e, metendo-lhe a espada na mão, ordenou a D. Jorge de Lencastre<sup>37</sup> que beijasse a mão do defunto rei, seu bisavô, comentando: «Este foi o melhor oficial que houve de nosso ofício»<sup>38</sup>.

Exemplo-limite, em termos cronológicos, é o caso de idênticas iniciativas de D. Miguel em 1830-32, evidenciando como o culto dos despojos régios mantinha um inegável poder simbólico, agora no âmbito das lutas entre absolutistas e liberais. Em Alcobça, em 1830, quis D. Miguel ver os túmulos régios e na Batalha ordenou a abertura do túmulo de D. João II. Dois anos mais tarde, em Coimbra, D. Miguel quis ver os despojos da Rainha Santa, D. Isabel, no convento de Santa Clara. O túmulo foi aberto por D. Miguel e pelo bispo, e o rei beijou a mão da rainha, no que foi seguido pelas irmãs e por toda a comitiva que o acompanhava, num momento de intensa devoção. A infanta Maria da Assunção repartiu entre todos porções do hábito e até cabelos do venerado corpo. No Mosteiro de Santa Cruz foi aberto o túmulo do Fundador. Dentro do túmulo, cuja última abertura ocorrera precisamente cem anos antes, em 1732, encontravam-se três pequenos cofres, um com ossos pequenos, outro com um frasco de vidro lacrado e com uma inscrição relativa à abertura de 1732, e com os ossos da rainha D. Mafalda. O terceiro cofre continha os ossos de Afonso Henriques, com a caveira intacta e com dentes, a que apenas faltava um. O conjunto destas cerimónias em Coimbra revestiu um notório significado político – o da afirmação de D. Miguel como lídimo descendente do rei Fundador, e portanto legítimo rei de Portugal<sup>39</sup>.

Em síntese, os casos evocados parecem poder levar-nos a uma conclusão, mais eloquente se a compararmos com os casos inglês e francês, no que diz respeito ao poder taumatúrgico e mágico dos reis nas monarquias feudais, tardo-medievais e modernas: em França e em Inglaterra o rei possuía esses poderes em vida e impunha-os através das mãos – o *toucher des écrouelles*, o *king'evil* – mas no caso português esses poderes parecem estar, só, associados ao corpo do rei morto. Só depois da morte o seu corpo e os objectos que o acompanhavam na sepultura pareciam investidos de poderes que os aproximavam do poder dos santos – como o fragmento de osso, o pedaço do

manto, o dente, o braço, o dedo dos santos, guardados em relicários como preciosos tesouros, os despojos dos monarcas defuntos transfiguravam-se em relíquias e como tal eram objecto de veneração.

#### 4. Os lugares de enterramento régio: errâncias

Sepultado, quando morreu, na Sé de Silves, a vontade expressa de D. João II de que o seu corpo viesse a repousar na Batalha deixava clara a continuidade do mosteiro, mandado edificar em comemoração da batalha de Aljubarrota (1385), como panteão real da dinastia de Avis. Esta função, iniciada em 1416 quando D. João I para aí fez trasladar os restos mortais de D. Filipa de Lencastre, assinalava a crescente importância do Mosteiro de Santa Maria da Vitória como símbolo da monarquia e lugar de afirmação da legitimidade de uma dinastia recentemente instaurada<sup>40</sup>. Ao longo do século XV, reis, rainhas, príncipes e infantes seriam sepultados na Batalha, lugar de articulação entre o sagrado e a celebração do poder e da memória da realeza.

O estabelecimento da Batalha como panteão da monarquia no século XV sucedia a uma relativa «errância» nos lugares de sepultura da monarquia portuguesa na época medieval. Funções de panteão, sem continuidade, tiveram Santa Cruz de Coimbra nos finais do século XII e no início do século XIII, onde foram sepultados o rei fundador, D. Afonso Henriques († 1185) e D. Sancho I († 1211), e o mosteiro de Alcobça nos séculos XIII e XIV, onde repousavam D. Afonso II († 1223), D. Afonso III († 1279) e D. Pedro I († 1367). A condição de Santa Cruz como lugar de sepultura dos dois primeiros reis prendia-se com a própria edificação do espaço político português e com a relação especial de D. Afonso Henriques com o mosteiro, que ao longo do seu reinado acumulou de bens e privilégios. A memória do Fundador manteve-se aliás, ao longo dos séculos, indissociavelmente ligada ao culto que o mosteiro crúzio teve pelo monarca<sup>41</sup>. Por seu turno, a importância de Alcobça como lugar privilegiado – embora não único – de sepultura régia a partir do século XIII demonstrava que, tal como sucedeu em Castela, França e Inglaterra, também em Portugal a ordem de Cister

<sup>37</sup> Neto de D. Jorge (1481-1550), duque de Coimbra e mestre das ordens de Avis e Santiago, filho bastardo de D. João II, em breve 2.º duque de Aveiro por morte do pai, em 1571.

<sup>38</sup> Diogo Barbosa Machado, *Memórias para a História de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. Sebastião, unico em o nome, e decimo sexto entre os Monarchas Portugueses*, III, Lisboa, José Antonio da Silva, 1736, p. 227.

<sup>39</sup> Maria Alexandre Lousada, «Os Arcos da Memória. A abertura do túmulo do rei fundador em 1832 e o lugar de Afonso Henriques na legitimação política de D. Miguel», *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães. D. Afonso Henriques e a sua época*, 3, *D. Afonso Henriques na História e na Arte*, Guimarães, CM e UM, 1997, pp. 215-228.

<sup>40</sup> O carácter decisivo da função de panteão régio na projecção da importância da Batalha é sublinhado por Saul António Gomes, *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História da Arte, 1990, pp. 3-10 e especialmente pp. 341-367; e «Percurso em torno do panteão quatrocentista de Avis», in *Vésperas Batalhinas. Estudos de História e de Arte*, Leiria, Magno Edições, 1997, pp. 15-66. Ver ainda a recente biografia dedicada a D. João I, da autoria de Maria Helena da Cruz Coelho, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, pp. 265-272.

<sup>41</sup> José Mattoso, «As três faces de Afonso Henriques», in *Obras Completas, 1, Naquele Tempo. Ensaios de História Medieval*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 469-484. Do mesmo autor, ver a recente biografia do monarca, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

ganhava um inegável ascendente junto da monarquia. Por razões várias, de ordem política ou devocional, D. Sancho II (†1248, Toledo), D. Dinis (†1325, Odivelas), D. Afonso IV (†1357, Sé de Lisboa) e D. Fernando (†1383, Santarém) foram sepultados em locais sem continuidade como lugares de enterramento régio.

O enterro dos reis no interior das igrejas culminou, na época medieval, um processo que alargara à realeza um privilégio que antes fora exclusivo de santos e de clérigos<sup>42</sup>. A presença do «corpo político» no espaço sagrado enfatizava a relação entre o poder régio e o poder divino, decisiva para a monarquia; mas significava também o estabelecimento de um laço especial entre a ordem monástica em cujo espaço se situava a sepultura régia e a monarquia. Assim se compreende que na época medieval, mas também posteriormente, nos casos em que subsistiu a «errância» nos lugares de enterramento régio, as ordens monásticas e os vários lugares de sepultura dos reis rivalizassem na «competição» pelo corpo político, empenhados em assegurar para a afirmação da sua própria memória e poder aquele decisivo capital simbólico.

A antiga «economia de competição» em torno das relíquias alargava-se, sensivelmente a partir do século XIII, aos corpos régios, fazendo perfilar uma outra prática – a da divisão dos corpos, ou seja, o enterramento em lugares diversos de partes diversas de um mesmo corpo, o que teve, como se pode compreender, uma importância particular no caso da monarquia anglo-normanda, caracterizada pela descontinuidade geográfica. No final do século XIII, a rainha Leonor de Castela (†1290) legou o seu coração aos dominicanos de Londres, as vísceras a Lincoln e o corpo a Westminster, num acto muito próximo do simbolismo e do poder associados às relíquias dos santos. Esta prática, que teve alguma difusão, não deixou de ser alvo de censura, até papal, uma vez que a amputação ou o desmembramento dos corpos significava comprometer a ressurreição do indivíduo, em corpo e em espírito, no momento do Juízo Final<sup>43</sup>.

### 5. Santa Cruz de Coimbra, 1520. Um novo túmulo para o Fundador

Consideremos agora um outro momento, 1520, e um outro lugar, Coimbra. Coimbra, «lugar de poder» da monarquia desde a fundação, viu acentuada, no século XVI, a sua importância através da implantação da Universidade. Em 1502, D. Manuel visitou o Mosteiro de Santa Cruz, e teve então ocasião de observar o estado de abandono dos túmulos de

42 Ariès, *L'homme devant la mort...*, pp. 37-96.

43 Binski, *Medieval Death...*, pp. 58-77.

D. Afonso Henriques e de D. Sancho I, expressando vontade de lhes erguer novos monumentos fúnebres, consentâneos com a sua dignidade de primeiros reis da monarquia. Mas apenas nos inícios de 1518 o arquitecto Diogo de Castilho partiu para Coimbra com o encargo de edificar as novas sepulturas, empresa na qual colaboraram vários outros artistas. A 28 de Janeiro desse ano, Gregório Lourenço, vedor das obras, escrevia de Coimbra ao rei dando conta das obras que então se iniciavam no convento<sup>44</sup>.

Se a iniciativa régia testemunhava a importância conferida à figura do Fundador, e ainda o processo da sua mitificação, que havia de culminar, em 1556, na primeira tentativa de canonização<sup>45</sup>, a cerimónia da trasladação do corpo de Afonso Henriques para o túmulo ordenado pelo *Venturoso*, ocorrida em 1520, representou um novo e significativo momento da realidade ideológico-simbólica que nos ocupa. A trasladação ocorreu no dia 16 de Julho, à tarde, ordenando D. Manuel que se procedesse à abertura do túmulo. De acordo com antigo relato<sup>46</sup>, foi esta a *visão* que todos os presentes tiveram do despojo régio: «Achou [D. Manuel] o corpo do deuto Rey Dom Affonso Henriques inteiro, incorrupto, a carne seca, e a cor pálida, e macilenta, mas de aspecto severo que parecia vivo – do qual sahia cheiro suavíssimo». Junto dele, de pé, descarapuçado e com um círio aceso na mão, rodeado de senhores e fidalgos com tochas acesas e de todos os religiosos do convento, D. Manuel fez mostrar o corpo aos nobres e ao povo da cidade; depois, cantando um responso, mandou depositar o corpo no novo sepulcro. Neste, um epitáfio latino selava a sacralidade que envolvia o Fundador e a monarquia portuguesa na invocação do aparecimento de Cristo ao primeiro Afonso em Ourique<sup>47</sup>.

### 6. As cerimónias de trasladação de 1551 para a Igreja nova de Belém

Cerca de um ano depois destas cerimónias em Coimbra, morria o rei D. Manuel. Foi então provisoriamente sepultado na *igreja velha* do Restelo, que permanecia de pé junto dos Jerónimos. Trinta anos após a sua morte, D. João III ordenou a trasladação dos seus restos mortais, assim como

44 IAN/TT, CC, P. I, mç 23, doc. 10. Uma outra carta sobre as obras é escrita pelo mesmo Gregório Lourenço já após a morte de D. Manuel, de 19 de Março de 1522. IAN/TT, CC, P. I, mç. 27, doc. 121.

45 Ana Isabel Buescu, *D. João III (1502-1557)*, Lisboa, Temas e Debates, 2008, pp. 338-339.

46 De um manuscrito de Timóteo dos Mártires (†1686), transcrito nos passos que aqui interessam por Augusto Mendes Simões de Castro, *Os Túmulos de D. Affonso Henriques e de D. Sancho I*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1885, pp. 9-10.

47 Frei António Brandão, *Monarchia Lusitana* (1632), III Parte, Livro VI, cap. XXXVIII, fols. 266v-267v. O epitáfio referido por Brandão poderá não corresponder a um primitivo epitáfio, entretanto desaparecido. Ver Augusto Mendes Simões de Castro, *Os Túmulos de D. Affonso Henriques...*, pp. 7-9. Ana Isabel Buescu, «A memória das origens. Ourique e a fundação do reino», in *Memória e Poder...*, pp. 11-28.

dos da rainha D. Maria, sua mãe, e dos infantes seus irmãos, para a *igreja nova* do Mosteiro dos Jerónimos. Contrariando nesse ponto as disposições testamentárias de D. Manuel para que a trasladação do seu corpo para os Jerónimos ocorresse «secretamente e sem cerimónia»<sup>48</sup>, D. João III conferiu extrema grandiosidade à sua realização. A minúcia e a pormenorizada descrição dos procedimentos tomados, a mandado de D. João III, por Pero Carvalho, provedor das suas obras<sup>49</sup>, assim como os vários relatos e descrições do acontecimento<sup>50</sup>, permitem avaliar a importância concedida pelo monarca à trasladação e surpreender o seu sentido de celebração da realeza.

As cerimónias religiosas iniciaram-se na *igreja velha*, cujo topo fora mandado derrubar por D. João III para que por aí saísse a procissão com as tumbas régias em direcção à porta principal do Mosteiro, e repartiram-se pelos dois lugares, prolongando-se por cinco dias, na presença dos monarcas, prelados, grandes senhores e centenas de religiosos dos conventos de Lisboa. A pregação fúnebre, a cargo do doutor António Pinheiro, constituiu um momento central das cerimónias. É interessante notar como parte da oração de Pinheiro é, em palavras, embora a uma menor escala, o que noutros casos foi passado à pedra, ou seja, a opção pelo contraste radical entre o corpo mortal e o corpo político do monarca, para retomar as categorias de Kantorowicz: muitos são os exemplos de uma «tipologia macabra» nos monumentos funerários régios e episcopais nos séculos XV e XVI, em que o que se representava em pedra não era a majestade régia ou eclesiástica, mas a corrupção e a finitude dos corpos – como sucede nos túmulos de Margarida de Áustria e do duque de Sabóia na capela de Brou (Bourg-en-Bresse) (1499), ou, de forma radical, no túmulo de Luís XII e Ana de Bretanha (1515-31) em Saint-Denis, em que os desamparados corpos são representados nus e cosidos após a operação do embalsamamento<sup>51</sup>.

Assim, a retórica fúnebre de António Pinheiro sublinhava os despojos do corpo mortal para mais eficazmente exaltar o corpo político do rei: a «caveira, fria, seca», os «buracos, onde foram os olhos deste senhor», «aquela boca já toda sem dentes», os «ossos das mãos que todos entam beijaram tantas vezes», os pés que «agora nam se movem se os não moverem». E era

48 *As Gavetas...*, VI, gav. XVI, 2-2, 112.

49 IAN/TT, ms. de S. Vicente, Livro 7, fols. 1-130.

50 Pinheiro, *Summario...*; mesmo relato nas PHGCRP, II, P. I, 1947, pp. 387-402; outra memória mais curta do acontecimento, *ibidem*, 402-406; IAN/TT, Livraria, ms. 167, fol. 300; IAN/TT, Livraria, ms. 1160, fols. 131v-138v. Rafael Moreira, «A ermida de Nossa Senhora da Conceição, mausoléu de D. João III?», *Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar*, Março, 1, 1981, pp. 93-96; Rafael Moreira, *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal. A encomenda régia entre o Moderno e o Romano*, tese de doutoramento em História de Arte (polic.) apresentada à FCSH da UNL, 1991, p. 563.

51 Sérgio Bertelli, *Il corpo del re. Sacralità del potere nell'Europa medievale e moderna*, Florença, Ponte Alle Grazie, 1990, pp. 197-201. V. ainda Paul Binski, *Medieval Death...*, pp. 123-152.

precisamente junto da «caveira fria, seca sem sentido»<sup>52</sup>, que se dava forma – e sentido – à sua imagem gloriosa de grande rei, e a um itinerário de virtudes e acções que, protagonizadas por D. Manuel, convergiam para a construção da memória do reino<sup>53</sup>.

Ao Mosteiro da Batalha como panteão régio, D. Manuel pretendia fazer substituir, não só para si como para os seus sucessores, o Mosteiro de Santa Maria de Belém, alteração situada no quadro da legitimação simbólica de um monarca que, nascendo longe da sucessão, a mão da Providência fizera chegar ao trono<sup>54</sup>. Por outro lado, a edificação do Mosteiro dos Jerónimos integrava de forma explícita a celebração da chegada dos portugueses à Índia, empresa culminante do seu reinado. O Mosteiro surgia, sob este ponto de vista, em clara ligação com o projecto imperial do *Venturoso*, inaugurando um novo «lugar» em que monarquia e império emblematicamente se encontravam<sup>55</sup>. Mas D. João III, que em 1551 cumpriu a vontade expressa do pai, parece ter concebido para si próprio um outro destino que, a ter-se concretizado, teria significado nova descontinuidade no lugar de sepultura dos reis portugueses.

## 7. Morte de D. João III e exéquias em Belém

D. João III morreu no paço da Ribeira, em Lisboa, no dia 11 de Junho de 1557. O seu cronista fala numa «súbita e grave doença»<sup>56</sup> que matou o monarca, mas a saúde do rei vinha a degradar-se nos últimos anos de vida. Entrado o ano de 1557, a saúde do monarca mantinha-se frágil, mas a sua agonia e morte acabaram por ser rápidas, e é essa noção de doença súbita que todas as fontes coevas veiculam. Sobre as causas da morte do rei, alguns autores falam em apoplexia, outros em acidente vascular cerebral<sup>57</sup>.

O rumor da morte do monarca espalhou-se no paço e ganhou as ruas de Lisboa. Frei Tomé de Jesus, que então se dirigia com o padre superior dos Agostinhos para o paço aorando à chamada de membros de todas as ordens religiosas para ungir o rei, constatava como estava «pelas ruas e Ribeira tudo cheio de pranto, e de gritos, e de muita gente», dificultando

52 Pinheiro, *Summario...*, fol. 28.

53 *Ibidem*, fol. 11 e fol. 18v.

54 Garcia de Resende, *Crónica...*, cit., caps. 47, 54, e *Miscellania*, p. 343; Damião de Góis, *Crónica...* P. I, 1949, caps. 4 e 5, dá à concessão por D. João II da esfera armilar como divisa de D. Manuel o mesmo significado profético que lhe fora atribuído por Garcia de Resende; António Pinheiro, *Summario da Pregaçam Funebre...*, fol. 28.

55 Essa ligação é estabelecida por Góis, *Crónica...*, P. I, 1949, cap. 53, e P. IV, 1955, cap. 75, por João de Barros, *Ásia...* ou ainda por Pinheiro, *Summario da Pregaçam Funebre...*, fol. 17-17v. Ver José da Felicidade Alves, *O Mosteiro dos Jerónimos...*, II, pp. 47-56.

56 Andrada, *Crónica de D. João III...*, P. IV, cap. 128.

57 J. M. de Queirós Velloso, *D. Sebastião. 1554-1578*, 2.ª ed., Lisboa, ENP, 1945, p. 19; Paulo Drumond Braga, *D. João III*, Lisboa, Hugin, 2002, p. 17. Ana Isabel Buescu, *D. João III...*, pp. 340-346.

o acesso ao paço; aí, a dor e o luto, entre o choque e o assombro, eram também visíveis. Frei Tomé de Jesus descreve de forma crua o corpo do rei, enfatizando a corrupção do homem e a efemeridade de todas as pompas e bens terrenos: «Seu corpo ainda que ficou bem assombrado acabando de expirar, contudo pelo muito que esteve por amortilhar quando o descobrimos estava mais feio, e mais preto do rosto, e mãos, o mais sujo, e o mais nojento, e em fim o mais mortal e terreno, que eu vi outro, e eu tive aquele pelo mor espectáculo, e para todo Religioso ver, pela doutrina, e edificação, que podia ser. [...] Nisto acabou o estado, o fausto, as riquezas, as pompas, as cortesias, os serviços, as adorações reais [...]».

Pelas quatro horas da tarde de sábado dia 12, aberta a porta por onde havia de sair o féretro, subiu da multidão que esperava «um pranto tão grande que era cousa de pasmo». E acrescenta frei Tomé: «Eu nunca vi tanta gente junta, nem tanto grito e choro, nem faces ensanguentadas e arranhadas, nem barbas depenadas, como então vi». A multidão que se comprimia dificultava a passagem, e o peso do caixão obrigou a que outros ajudassem a levá-lo até ser colocado numas andas forradas de veludo preto, com um grande pano e cruz branca, puxadas por duas azémolas. O percurso da Ribeira a Belém foi acompanhado de lágrimas e mostras de dor pelo povo que se aglomerava para assistir à passagem do féretro.

Chegado perto do mosteiro, o cortejo fúnebre era aguardado pelos religiosos jerónimos, com a Cruz erguida. Os mesmos senhores que tinham colocado o ataúde nas andas desceram-no e levaram-no para o interior da igreja. Com solenidade foi rezado o ofício de defuntos e a oração fúnebre foi proferida pelo arcebispo de Lisboa, e o corpo foi então sepultado pelos religiosos numa sepultura aberta «aos pés da sepultura de El-Rei D. Manuel, seu pai»<sup>58</sup>.

Ao terceiro dia após a morte do monarca realizou-se a cerimónia da quebra dos escudos, assinalando o fim do seu poder. Reunido nesse mesmo dia o conselho régio, foram apresentados uns capítulos que, segundo o secretário Alcáçova Carneiro, «El Rei-Nosso Senhor tinha feito alguns dias antes do seu falecimento». Vários autores sustentam que esses capítulos foram preparados já depois do passamento de D. João III<sup>59</sup>. Não deixa de ser estranho que D. João III não tivesse feito testamento, sobretudo se

58 Pero de Alcáçova Carneiro, *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro...*, p. 427. Seguimos aqui o relato de Frei Tomé de Jesus, em parte presencial, publicado por Camilo Castelo Branco, «Noites de Insónia», in *Obras Completas*, dir. Justino Mendes de Almeida, XIV, Porto, Lello & Irmão, 1991, pp. 695-700, e ainda Diogo Barbosa Machado, *op. cit.*, I, 1554-1567, cap. 3; Paulo Drummond Braga, *D. João III*, pp.105-111.

59 J.M. de Queirós Velloso, *D. Sebastião...*, pp. 19-25, sustenta que o texto foi preparado já depois da morte do monarca. V. também Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, III – O Século de Ouro (1495-1580), 2.ª ed., Lisboa, Editorial Verbo, 1980, p. 59.

pensarmos que nos últimos anos de vida a sua saúde se mostrava bastante precária, e que a morte, que tão implacável se mostrara sempre junto de si e dos seus familiares mais próximos, tornara a sua sucessão, sobretudo a partir dos anos cinquenta, de forma dramática a partir da morte do filho em 1554, um delicadíssimo problema político. Em situação objectivamente mais tranquila, o rei D. Manuel fizera testamento logo após a morte da rainha D. Maria, em 1517, ordenando um codicilo dois dias antes de morrer. O infante D. Luís, quatro anos mais novo do que D. João III, fez testamento em 1541, acrescentou-o em 1546, revendo-o em 1547, assentando em definitivo nas suas últimas vontades poucos dias antes de morrer, em Novembro de 1555<sup>60</sup>. Não se pode dizer que em muitos aspectos D. João III fosse menos cuidadoso do que o pai, ou que o irmão, mas no seu caso tudo se fez e surgiu aos olhos do mundo de forma aparentemente precipitada<sup>61</sup>.

## 8. Belém ou Tomar?

Morto a 11 de Junho de 1557, D. João III foi sepultado no dia seguinte na igreja dos Jerónimos, mas talvez fosse outra a sua intenção. Há algumas referências a um eventual desejo de D. João III, que teria tomado forma durante a sua estadia em Évora entre 1531 e 1537, em fazer da Igreja da Graça a sua capela sepulcral<sup>62</sup>. É no entanto outra a hipótese que se apresenta como mais provável. Na verdade, D. João III terá concebido o projecto de um panteão pessoal em Tomar, vila situada no exacto centro geográfico do reino e sede da Ordem de Cristo, da qual o monarca era administrador desde 1523. Em articulação com o grandioso complexo de Tomar, em cujas obras D. João III se empenhou durante o seu reinado, situada fora do recinto monástico, a meio caminho entre a vila e o Convento, ergue-se a ermida de Nossa Senhora da Conceição, construída por João de Castilho em 1547, que o rei teria destinado a cumprir aquela função funerária<sup>63</sup>. A ousadia e singularidade da concepção arquitectónica da ermida de Nossa Senhora da Conceição, pequeno templo *in antis*, «panteão de príncipe humanista como

60 PHGCRP, II, P. II, 1948, pp. 111-121.

61 Veja-se, em todo o caso, a indefinição do próprio Carlos V relativamente ao local da sua sepultura, questão apenas resolvida por seu filho Filipe II. Maria José Redondo Cantera, «Arquitecturas efímeras y escenografías funerárias para la última reunión familiar en el Escorial (1573-1574)», in *O largo tempo do Renascimento. Arte, propaganda e poder*, coord. Maria José Redondo Cantera e Vítor Serrão, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2008, pp. 691-742.

62 Manuel C. Branco, «Renascimento, maneirismo e estilo chão em Évora», in *Do Mundo Antigo aos Novos Mundos. Humanismo, Classicismo e Notícias dos Descobrimentos em Évora (1516-1624)*, Catálogo da Exposição, 1998, Lisboa, CNCDP, pp. 229-230.

63 Tese de Rafael Moreira, em «A ermida de Nossa Senhora da Conceição...», retomada em *A Arquitectura do Renascimento...*, pp. 549-570. Amplamente difundida, não é consensual. V. por exemplo John Bury, «The Italian Contribution to Sixteenth-Century Portuguese Architecture, Military and Civil», in *Cultural Links Between Portugal and Italy in the Renaissance*, edited by K. J. P. Lowe, Oxford, Oxford University Press, 2000, pp. 92-100.

não existe outro fora de Itália»<sup>64</sup>, devem ser vistas, de acordo com Rafael Moreira, no quadro da viragem nas opções artísticas no reinado joanino. O Convento de Cristo representou, a par dos Jerónimos, em Belém, o zénite da expressão arquitectónica e simbólica da «razão imperial manuelina». Com D. João III, esse mesmo lugar e esse mesmo espaço seriam sujeitos, em articulação com a verdadeira «refundação» da Ordem a partir de 1529, a uma mudança profunda que se traduziu também num novo programa arquitectónico que rompia com a herança recebida; programa que tomava um alcance simbólico e político mais amplo se o monarca tivesse a intenção de fazer da ermida de Nossa Senhora da Conceição o lugar da sua sepultura<sup>65</sup>.

Foi depois do seu regresso e da corte a Lisboa, em 1537, que as visitas ao convento de Tomar se tornaram mais frequentes, acompanhando de perto o monarca os trabalhos quase de forma obsessiva<sup>66</sup>, «indo de noite muitas vezes às matinas, e de dia quase ordinariamente ao refeitório comer com eles [religiosos]». Reencontramos o rei em Tomar em Março de 1541, em Maio de 1542, em Outubro de 1550 ou em Novembro de 1551<sup>67</sup>, depois de ter presidido em Belém às cerimónias de trasladação, demorando-se no convento de Cristo para observar as obras que mandara fazer, «que são muitas e muito sumptuosas». A crer no testemunho explícito do memorial anónimo compilado por Fernão Duarte de Montarroi, para observar as obras do local onde queria ser sepultado<sup>68</sup>.

O facto de não se prever qualquer sepulcro para o rei D. João III e para a rainha D. Catarina na capela-mor construída em Belém aquando das obras que precederam a trasladação de 1551 parece reforçar esta interpretação. Na verdade, a «mudança de sepulturas rasas para outras maiores e mais magníficas», levada a cabo entre 1545 e 1550 por Diogo de Torralva, incluía os túmulos para D. Manuel, D. Maria e os infantes, e até o lugar de tumulização de alguns membros da família real ainda vivos, como o cardeal D. Henrique, a infanta D. Maria, talvez o do infante D. Luís<sup>69</sup>. O caso da infanta D. Maria é particularmente significativo. A infanta chegou a encomendar o desenho para a sua sepultura a António Campelo<sup>70</sup>, naquele que, a ter sido construído, seria o mais monumental túmulo régio

64 Rafael Moreira, *A Arquitectura do Renascimento...*, p. 567.

65 Rafael Moreira, «O processo arquitectónico», in *História da Arte Portuguesa*, II, pp. 347-354.

66 Rafael Moreira, *A Arquitectura do Renascimento...*, p. 551.

67 Paulo Drumond Braga, *D. João III*, pp. 80-81.

68 Documento existente no Museu Britânico, citado por Rafael Moreira, «A ermida de Nossa Senhora da Conceição...», p. 96.

69 Rafael Moreira, *Com Antigua e Moderna arquitectura* ....., pp. 32-33.

70 Lisboa, MNAA, n.º inv. 380.

do mosteiro dos Jerónimos. D. Maria veio a ser impedida, por razões políticas, por D. Henrique de realizar esse desejo, sendo sepultada, quando morreu em 1577, no convento da Madre de Deus e trasladada em 1596 para a Igreja-panteão da Luz, em Carnide, que patrocinou, e onde se fez sepultar, como o seu pai, em campa rasa<sup>71</sup>. O facto de não se prever qualquer sepulcro para o monarca nem para a rainha não deixa de ser insólito, sobretudo se tivermos em conta a idade de D. João III, e a sua condição de rei martirizado por sucessivas mortes que lhe ceifaram filhos e irmãos. É difícil conceber que não pensasse então na sua própria morte e no lugar da sua sepultura. É assim pertinente concluir, como o fez Rafael Moreira que, se não havia, em 1551, sepultura para si próprio nos Jerónimos era porque o rei assim o determinara. Só desta forma se compreende que, quando morreu tenha sido necessário dar-lhe sepultura, um pouco de improvisado onde antes tudo fora minuciosamente pensado.

O corpo de D. João III permaneceu no mosteiro dos Jerónimos. As obras em Tomar foram interrompidas e a pequena igreja de Nossa Senhora da Conceição em Tomar caiu no esquecimento. No início dos anos sessenta, durante a regência do cardeal-infante D. Henrique (1562-1568)<sup>72</sup>, num quadro de profunda viragem ideológica, tornava-se indiscutível a opção do poder pelo Mosteiro dos Jerónimos como panteão dinástico, para além de uma importante função devocional que não cessava de crescer<sup>73</sup>. O Convento de Cristo entrava em declínio, chegando o cardeal-infante a propor ao papa a extinção da reforma de frei António de Lisboa.

## 9. O Mosteiro dos Jerónimos, *panteão dos reaes corpos*

Tornava-se agora necessário providenciar túmulo condigno e definitivo para D. João III no panteão de Belém. É a esta luz que deve ser considerada a construção da nova capela-mor, erigida a partir de 1563/4. Apesar das profundas alterações realizadas no reinado de D. João III, a capela-mor era agora considerada demasiado baixa e demasiado pequena, dificilmente comportando um arranjo que permitisse a inclusão de mais duas sepulturas com a necessária dignidade devida às pessoas régias.

71 Filha de D. Manuel e de Leonor de Áustria, sua terceira mulher, a infanta nasceu em 1521 e morreu em 1577. Carla Alferes Pinto, *A Infanta D. Maria de Portugal (1521-1577). O mecenato de uma princesa renascentista*, Lisboa, Fundação Oriente, 1998, pp. 63, 89, 107, 120.

72 Sobre D. Henrique, v. a recente biografia de Amélia Polónia, *D. Henrique. O Cardeal-Rei*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

73 Francisco Ildefonso Lameira, «A talha do Mosteiro de Santa Maria de Belém», in *Jerónimos. Quatro Séculos de Pintura*, I, pp. 98-100.

Da concepção e das obras da nova capela-mor, em cuja base estiveram opções de carácter cultural, estético e ideológico distantes do exuberante legado manuelino em favor de uma linguagem mais austera em que pontificava o *decorum* à maneira «romana»<sup>74</sup> mas também as inflexões doutrinárias da Contra-Reforma, encarregou D. Catarina o arquitecto Jerónimo de Ruão, que trabalhou no mosteiro de Belém desde 1563/4 até à morte, ocorrida em 1601<sup>75</sup>. Rompendo de forma explícita e até ostensiva com a gramática arquitectónica dominante no mosteiro de fundação manuelina, facto nem sempre bem aceite e compreendido<sup>76</sup>, a capela-mor contratada pela rainha, na sua magnificência severa e fria, obra «absolutamente de vanguarda»<sup>77</sup>, representava o triunfo de «um austero classicismo maneirista, de rara qualidade arquitectónica»<sup>78</sup>, em consonância com o exterior, de total severidade e despojamento.

D. Catarina acompanhou de perto o prosseguimento dos trabalhos, interrompidos entre 1569 e 1571 por imposição de D. Sebastião, que considerou então prioritário financiar a recuperação das fortalezas do norte de África<sup>79</sup>. Este facto obrigou a rainha a suportar financeiramente a conclusão das obras<sup>80</sup>, num momento em que fazia outras vultuosas encomendas, uma delas também relativa ao mosteiro e em articulação directa com a intervenção na capela-mor: por essa mesma altura, Lourenço de Salzedo, seu pintor de câmara, executava por sua ordem e sob sua supervisão os painéis para o retábulo-mor da capela, que só estariam terminados por volta de 1575<sup>81</sup>.

Em Outubro de 1572, os trabalhos de construção da nova capela-mor dos Jerónimos estavam concluídos. Nos dois lados da capela, em arcadas individuais, encontravam-se quatro imponentes túmulos régios com a forma de sarcófagos de mármore, assentes sobre elefantes também em mármore verde, com presas de jaspe; os túmulos estavam encimados por coroas imperiais assentes em coxins de mármore. Cada um dos túmulos ostentava cartelas com inscrições latinas em louvor dos régios defuntos, da autoria do humanista André de Resende<sup>82</sup>.

O ano de 1572, com a conclusão da capela-mor e o sentido político e simbólico das cerimónias de trasladação que em breve aí iriam ter lugar selavam a condição do mosteiro dos Jerónimos como panteão da monarquia portuguesa. Se D. João III inegavelmente dele se desinteressou privilegiando o monumental complexo do convento de Cristo em Tomar, a rainha mostrava a sua predilecção pelo mosteiro de Belém, que se materializou através de um importante e, diríamos, sistemático conjunto de iniciativas visando o enriquecimento do mosteiro. A ligação de D. Catarina ao mosteiro dos Jerónimos, culminando no papel que teve na construção da capela-mor, visando fazer dele, em definitivo, o panteão da monarquia, levou a que a rainha fosse considerada pelos hieronimitas, logo após o rei D. Manuel, verdadeira fundadora daquela casa conventual: «Este Real Mosteiro» – escrevia Frei Manuel Baptista de Castro no século XVIII, na sua crónica de S. Jerónimo dedicada ao rei D. João V (r. 1707-50) – «depois do Senhor Rei D. Manuel, a reconhece por sua fundadora pelo muito que nele obrou»<sup>83</sup>.

A esta proximidade de D. Catarina com os Jerónimos não era estranha a origem, a história e a implantação de uma ordem religiosa peninsular. A sua bula de fundação, datada de 1373, cobria os reinos de Castela, Aragão e Portugal, e em Castela desenvolvera-se em estreita ligação à monarquia castelhana, sobretudo evidente a partir do momento em que o rei Henrique IV (†1474) escolheu o mosteiro de Santa Maria de Guadalupe, casa-mãe da ordem no reino, para lugar da sua sepultura<sup>84</sup>; mosteiro que era desde finais do século XIV o mais famoso santuário mariano de Castela e lugar de peregrinação, atraindo a sua imagem da Virgem a devoção de humildes e poderosos, contando também com a devoção dos reis portugueses desde a Idade Média.

<sup>74</sup> Rafael Moreira, *Com Antigua e Moderna Architectura...*, p. 36.

<sup>75</sup> Filho do escultor e arquitecto francês João de Ruão que o rei D. Manuel chamou a Portugal, destacando-se a sua actividade no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Francisco de Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico e Documental de Architectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, II, Lisboa, IN-CM, 1988, pp. 419-433. Jerónimo de Ruão foi arquitecto da infanta D. Maria, que teve também um papel não pouco importante nas obras de Belém, como sustenta Vítor Serrão. «O programa de D. Catarina para o retábulo da capela-mor de Santa Maria de Belém (1568-72)», *Penélope. Fazer e desfazer a história*, 21, 1999, pp. 34-35. Por encomenda da infanta Ruão executou a capela-mor e abóbada da Igreja de Nossa Senhora da Luz (1575-96). Ver ainda Carla Alferes Pinto, *A Infanta D. Maria...*, pp. 88-89. Sobre Ruão e a sua intervenção nos Jerónimos, ver António de Oriol e Trindade, «Jerónimo de Ruão e o programa arquitectónico da capela-mor do Mosteiro de Santa Maria de Belém», *O largo tempo do Renascimento. Arte, propaganda e poder*, pp. 459-533.

<sup>76</sup> «A capela-mor de Belém produz mau efeito no conjunto de toda a obra por se achar engastada no aro de um anel que não condiz com ela». Francisco de Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico e Documental de Architectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, II, Lisboa, IN-CM, 1988, p. 420.

<sup>77</sup> Vítor Serrão, «O programa de D. Catarina...», p. 34.

<sup>78</sup> Rafael Moreira, *Com Antigua e Moderna Architectura...*, *ibidem*.

<sup>79</sup> *Relacion...* Anónima da trasladação de 1572, talvez da autoria do embaixador Borja, existente no Arquivo de Simancas (Legajo Estado 390, fols. 133) publ. por Artur Marques de Carvalho, *Do Mosteiro dos Jerónimos de Belém. Termo de Lisboa*, Lisboa, IN-CM, 1990, p. 181; José da Felicidade Alves, *O Mosteiro dos Jerónimos...*, II, pp. 181-182. Sobre D. Sebastião ver a recente biografia de Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

<sup>80</sup> Francisco de Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico e Documental...*, p. 420 e p. 422.

<sup>81</sup> Vítor Serrão, *História da Arte em Portugal. 7. O Maneirismo*, Lisboa, Alfa, 1986, p. 58. Sobre o processo de escolha do pintor para executar os retábulos da capela-mor, ver Vítor Serrão, «O programa de D. Catarina...», pp. 37-41.

<sup>82</sup> Sylvie Deswarte-Rosa, «Francisco de Holanda e o Mosteiro de Santa Maria de Belém», in *Jerónimos. Quatro Séculos de Pintura*, II, p. 58; Annemarie Jordan Gschwend, «A capela-mor: um panteão real para a dinastia de Avis», in *ibidem*, p. 76, salvo o epitáfio de D. Catarina, já que Resende morreu em 1573. Ver José da Felicidade Alves, *O Mosteiro dos Jerónimos...*, II, p. 189.

<sup>83</sup> IAN/TT, Ms. da Livraria 729, Liv. VII, cap. 30, excertos publicados por Carvalho, *Do Mosteiro dos Jerónimos de Belém...*, p. 121.

<sup>84</sup> Javier Varela, *La muerte de rey...*, p. 20.

No século XVI a ordem dos Jerónimos evidenciava-se em Portugal pela forte ligação e serviço à realeza, que lhe mostrou o seu favor através da fundação de várias casas como o mosteiro da Penha Longa, em Sintra, o mosteiro de Belém na viragem do século, o convento de Santa Marinha da Costa, em Guimarães; a própria rainha D. Maria, mulher de D. Manuel, mandara edificar cerca de 1512 uma casa conventual jerónima nas Berlengas, «no meio do mar, em uma áspera e deserta ilha»<sup>85</sup>, depois transferida por razões de segurança, já que era constante alvo de piratas africanos e cristãos, para Valbenfeito em Óbidos, onde contou com a protecção activa de D. Catarina.

### 10. As cerimónias de trasladação de 1572

Concluídas as obras de construção da capela-mor, aproximava-se o soleníssimo momento da trasladação dos restos mortais dos monarcas defuntos para aquele que era agora, muito por vontade e determinação de D. Catarina, o «Panteão dos Reais Corpos»<sup>86</sup> da monarquia portuguesa. A igreja encontrava-se totalmente paramentada de negro, e no claustro foram levantados trinta altares com frontais e cortinas de tafetá negro, cada um deles com um crucifixo, duas velas e duas tochas. Estavam presentes o rei D. Sebastião, que chegara nesse mesmo dia depois de jantar no paço de Santos, onde então pousava depois de ter estado em Sintra<sup>87</sup>, a grande nobreza de corte, prelados, cerca de seiscentos frades das várias ordens religiosas convocados para o efeito, o cabido da catedral de Lisboa e a capela do rei. Observada rigorosa precedência, os frades das várias congregações rezavam o responso perante a tumba depositada na sacristia e iam saindo da sacristia em direcção ao claustro, formando longa procissão. A tumba com os despojos régios foi então tomada aos ombros pelos varais e transportada pelo rei D. Sebastião, D. Duarte, duque de Guimarães, D. Jorge de Lencastre, duque de Aveiro e D. Afonso de Lencastre, seu tio, todos vestidos de luto.

D. Sebastião tomou assento no cruzeiro um pouco adiante do túmulo, da parte do Evangelho, e o embaixador castelhano sentou-se à entrada da capela-mor; do outro lado encontravam-se o senhor D. Duarte, o duque de Aveiro e D. Afonso de Lencastre, e daí para baixo encontravam-se bancos cobertos de luto onde se sentaram os restantes nobres e fidalgos; na nave central fizeram-se quatro ou cinco ordens de assentos, à maneira de tea-

<sup>85</sup> Pinheiro, *Summario da Pregaçam Funebre...*, fol. 7v.

<sup>86</sup> Fr. Manuel Baptista de Castro, *Crónica do Máximo Doutor e Príncipe dos Patriarchas São Jeronimo*, excertos publ. por Artur Marques de Carvalho, do Mosteiro dos Jerónimos, de Belém, termo de Lisboa, Lisboa, IN-CM, 1990, cap. 30, p. 121.

<sup>87</sup> *Itinerários de El-Rei D. Sebastião (1568-1578)*, Prefácio, compilação e notas de Joaquim Veríssimo Serrão, 2ª ed. corrigida e aumentada, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1987, pp. 255-256.

tro, onde tomaram lugar os eclesiásticos. Iniciaram-se então as demoradas cerimónias fúnebres, que só terminaram quase às duas horas da noite. No dia seguinte, 3.ª feira 14 de Outubro, ainda de madrugada começaram a ser rezadas missas por todos os sacerdotes nos trinta altares erigidos no claustro e na igreja, e o cardeal D. Henrique disse a missa rezada no novo altar-mor, saindo a dizer o Responso sobre a tumba dos reis. Depois das Laudes, o arcebispo de Lisboa celebrou a solene missa de *Requiem* em que se fez ouvir o magnífico órgão da igreja.

O ofertório ficou marcado pela oferta de D. Catarina, em que se destacavam sumptuosos paramentos litúrgicos, preciosos relicários, talvez um cofre eucarístico em prata e bronze dourado e a grande cruz de altar atribuída a Filipe Holbein que, segundo a tradição hieronimita, foram oferecidos ao mosteiro pela rainha nesta ocasião<sup>88</sup>, e outras preciosas peças e alfaias para uso litúrgico. Pregou o teólogo Diogo de Paiva de Andrade (†1575) um sermão panegírico em memória dos defuntos D. Manuel e D. João III. Terminada a missa e depois de cantado um último responso, tendo todos os presentes velas acesas nas mãos, a tumba foi incensada e aspergida com água benta pelo arcebispo e levada por D. Sebastião e os nobres que a haviam transportado na véspera até ao centro da capela-mor, sendo os pequenos cofres retirados e depositados nas respectivas sepulturas.

Mas nem a solenidade de que a cerimónia fúnebre se revestiu obteve a que fosse marcada por um incidente entre D. Catarina do cardeal D. Henrique. Apercebendo-se o cardeal que as ossadas de seus pais, os reis D. Manuel e D. Maria, depois de retiradas da tumba, eram conduzidas para serem sepultadas do lado da Epístola, ou seja, à esquerda do altar, considerado liturgicamente menos nobre do que o lado do Evangelho, situado do lado direito, D. Henrique fez saber a D. Catarina do seu desagrado por essa decisão, que coubera à rainha. Para o cardeal, ao rei D. Manuel, seu pai, fundador do mosteiro de Belém, cabia o lugar mais relevante na capela-mor, e por isso era-lhe devido ser sepultado do lado do Evangelho. Foram e vieram recados. Do surdo confronto entre ambos acabou por triunfar a vontade do cardeal, «ficando ela [a rainha] muito desgostosa»<sup>89</sup>. Terminando as exéquias reais, D. Sebastião e o cardeal D. Henrique partiram no dia seguinte para Lisboa, bem como a infanta D. Maria. D. Catarina permaneceu mais quatro dias nas casas do duque de Aveiro, deslocando-se diariamente ao mosteiro para ouvir missa cantada, mandar rezar missas pelos defuntos e cumprir outras devoções, regressando a Xabregas a 18 de Outubro.

<sup>88</sup> Nuno Vassalo e Silva, «Empenhos de eternidade: a ourivesaria no Mosteiro dos Jerónimos», in *Jerónimos. 4 séculos de Pintura*, 1, 1992, p. 90.

<sup>89</sup> P. José Pereira Baião, *Portugal cuidadoso e lastimado...*, Liv. II, cap. 31, pp. 279-284.

A 8 de Fevereiro de 1574, D. Catarina fez redigir o seu testamento<sup>90</sup>. A sua primeira disposição testamentária dizia respeito ao lugar da sua sepultura, ordenando que o seu corpo fosse sepultado fora dos muros da cidade, «na sepultura que para me enterrar tenho feito para mim junto com a em que estão os ossos del rei meu senhor que Deus tem», com as pompas fúnebres costumadas no enterramento dos reis e rainhas do reino, «sem aí haver excesso algum». Quatro anos depois, a 12 de Fevereiro de 1578, D. Catarina morreu no paço de Xabregas<sup>91</sup>. Recolheu-se o rei ao vizinho convento de S. Francisco. Nessa mesma tarde, o caixão contendo os restos mortais de D. Catarina abandonou o paço de Xabregas, sendo o féretro acompanhado por cerca de dois mil homens a cavalo, entre nobres, fidalgos e eclesiásticos, com tochas acesas. Pela cidade de Lisboa, depois pelos caminhos já fora dos muros, fez-se ouvir o antigo pranto, os choros e as lamentações que sempre surgiam pelas ruas e lugares despedindo as pessoas régias. Em Santo Amaro aguardavam a chegada do féretro todas as comunidades, confrarias e irmandades da cidade, seguindo o imenso cortejo depois a pé até Belém, onde chegou pelas dez horas da noite. Aí foi D. Catarina sepultada, no lugar e no túmulo que ela própria escolhera.

Em Agosto de 1582, o Mosteiro dos Jerónimos acolhia mais um corpo régio. Era o de D. Sebastião, morto na batalha de Alcácer-Quibir, travada a 4 de Agosto de 1578, que o agora rei Filipe I de Portugal mandara trasladar de Ceuta para Lisboa. No mosteiro de Belém, o corpo do rei-cavaleiro iria finalmente descansar junto dos antepassados de uma dinastia agora extinta<sup>92</sup>.

\*

Através da análise de momentos e narrativas relativos à morte e à tumulação dos reis portugueses no século XVI, com incursões pontuais noutros períodos cronológicos, procurou-se reflectir sobre as formas, e os mecanismos, materiais, rituais e simbólicos, que nos permitem ter uma imagem mais nítida da relação entre a morte do rei e o poder da realeza no Portugal da Época Moderna. Muitos desses mecanismos são comuns aos de outras monarquias europeias, pelo que, para lá de diferenças que é também possível detectar, há «fundos comuns» que permanecem: a importância crucial das cerimónias fúnebres no conjunto dos cerimoniais da monarquia; a relação

entre a morte, o poder régio, e a continuidade da monarquia; o corpo físico do rei e a sua veneração, bem como dos objectos que o acompanham na sepultura, aproximando-os, em certos casos, da veneração das relíquias dos santos; a «errância» medieval e moderna no caso português – que também não é caso único – na eleição do lugar de sepultura régia e o seu significado simbólico. Eis, em suma, algumas das constatações mais significativas no âmbito de uma reflexão que, no cruzamento de olhares vários, a morte do rei no Portugal medieval e moderno, num contexto que é também europeu, pode suscitar enquanto objecto de estudo e de interrogação.



90 *As Gavetas da Torre do Tombo*, VI, gav. XVI, 1-11-12 a) pp. 9-23 e b) pp. 23-81.

91 Carta de Juan de Silva a Filipe II, de 12 de Fevereiro de 1578, *Colección de Documentos Inéditos para la Historia de España*, Madrid, Imprenta de la Viuda de Calero, XXXIX, 1861, pp. 501-502.

92 Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião*, p. 287.